

ACM diz que é contra, mas vai votar a favor

Senador do PFL explica que aprova qualquer iniciativa que seja proposta por Jatene

BIAGGIO TALENTO

SALVADOR — Embora não seja favorável à recriação do IPMF para socorrer a área da Saúde, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) garantiu ontem que vai votar a favor do imposto porque a proposta partiu do ministro Adib Jatene. "Se fosse outro ministro ou o presidente Fernando Henrique, eu seria contra, mas sendo Jatene não posso ser contra, por motivos óbvios", disse, pouco antes de almoçar com o ministro e o governador da Bahia, Paulo Souto, no Palácio de Ondina.

A admiração de ACM pelo cardiologista Jatene, e sua amizade, vêm da década de 80, quando o hoje ministro lhe salvou a vida, chefiando a equipe médica

que o operou, para implantar pontes de safena. Apesar de apoiar a proposta do ministro, ele acha difícil o imposto ser aprovado no Congresso. Apesar disso, opina que a campanha de Jatene fez despertar a consciência do País e do governo sobre a necessidade de se destinar mais recursos para a Saúde. "Não tenho a menor dúvida de que os recursos para essa área virão agora ou depois."

O senador acredita na aprovação da reforma tributária até o final do ano, "salvo se o governo não tiver interesse, o que seria um erro". Ressaltou, porém,

que a reforma não pode prejudicar Estados e municípios, que "já sofreram o que deveriam sofrer". Ele disse que, durante a tramitação da proposta de reforma no Senado, tem a intenção de defender os interesses de Estados e municípios.

ACM comentou ainda a possibilidade de aumento de tarifas públicas, que considera "um assunto muito delicado". Em tese, observou, as tarifas só deve-

riam ser reajustadas no próximo ano. "É claro que excepcionalmente, um caso ou outro... Mas só excepcionalmente pois do contrário aumentaria a inflação

e pode aguar o salário do trabalhador." Ele não se surpreendeu com o fato de a inflação ter ultrapassado os 3%, achando que a tendência agora é de queda.

Outro tema que deve ser definido pelo Congresso na reabertura dos trabalhos é o controle externo do Judiciário. "Será inevitável, porque a Justiça tem demorado muito a fazer seu controle através de suas corregedorias", avaliou. O senador disse que se cotoca como "veículo da sociedade" na sua cruzada contra os "desmandos" da Justiça. ACM é a favor de que, a curto prazo, o Judiciário se una ao Ministério da Justiça e prepare uma reforma emergencial do Código Penal brasileiro para acabar imediatamente com o que tachou de "chicana judiciária", responsável pela morosidade e impunidade dos tribunais.

Com relação à reforma administrativa, ACM disse que demitir servidores não é solução. Ele acha a estabilidade desnecessária mas não está certo se ela cairá com a reforma da Constituição. "Esse assunto é muito dividido, há interesses de todo lado", observou. "Tudo isso, quando demora e chega véspera de eleição, é muito difícil de votar".

RECURSOS
SEM DÚVIDA
VIRÃO AGORA
OU DEPOIS